

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2021

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: ES000338/2021
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/07/2021
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR006758/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 13040.102139/2021-03
DATA DO PROTOCOLO: 19/07/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND. DA IND. DE FABR. E REP. DE CALÇADOS, B, M, C, REVESTIMENTOS E ACESS. DE COURO E OU SINT., CURT. E PROD. E ART. DER. DO COURO NO EST. DO ES, CNPJ n. 27.067.503/0001-30, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS TRAB NA IND DO VEST DO SUL DO EST E SANTO, CNPJ n. 36.027.407/0001-50, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 e a data-base da categoria em 01 de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **todos os empregados das Indústrias de Calçados do Sul do Estado do Espírito Santo representados pelo SINDICALÇADOS**, com abrangência territorial em **Afonso Cláudio/ES, Alegre/ES, Alfredo Chaves/ES, Anchieta/ES, Apiacá/ES, Atílio Vivacqua/ES, Bom Jesus do Norte/ES, Cachoeiro de Itapemirim/ES, Castelo/ES, Conceição do Castelo/ES, Divino de São Lourenço/ES, Dolores do Rio Preto/ES, Guaçuí/ES, Ibatiba/ES, Ibitirama/ES, Iconha/ES, Itapemirim/ES, Iúna/ES, Jerônimo Monteiro/ES, Mimoso do Sul/ES, Muniz Freire/ES, Muqui/ES, Piúma/ES, Presidente Kennedy/ES, Rio Novo do Sul/ES, São José do Calçado/ES, Vargem Alta/ES e Venda Nova do Imigrante/ES.**

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE**

As Empresas representadas pelo Sindicato Patronal na base do SINDICALÇADOS reajustarão os salários dos empregados aplicando o percentual de 5,26% (cinco vírgula vinte e seis por cento), calculados sobre os salários praticados em dezembro/2020, compensando-se eventuais reajustes efetuados no período de vigência da Convenção Coletiva anterior:

Parágrafo Primeiro – DOS PISOS SALARIAIS – Ficam estipulados os seguintes pisos salariais:

1. Ajudantes e auxiliares de produção, aparadeiras e armadeiras R\$
 1.123,00 (um mil, cento e vinte e três reais);

2. Costureiras R\$ 1.176,00 (um mil, cento e setenta e seis reais); e,

3. Montadores, operadores de máquina injetora, lixadores e cortadores
R\$ 1.263,00 (um mil, duzentos e sessenta e três reais).

Parágrafo segundo – DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA – Durante o contrato de experiência, ficam autorizadas as empresas a pagarem o salário mínimo para os seus trabalhadores. Também ficam autorizadas as empresas a pagarem, durante o período de treinamento, limitado a seis meses, o mesmo salário do cargo/função anterior, para aqueles colaboradores que estiverem em treinamento para cargo/função melhor remunerada.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

As Empresas se comprometem a efetuar o pagamento de seus empregados preferencialmente em moeda corrente e quando feito em cheque, não será efetuado na sexta-feira ou vésperas de feriados bancários.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA QUINTA - DO AUXILIO FUNERAL

As Empresas com mais de 30 (trinta) empregados, concederão em casos de morte do empregado, a título de auxílio funeral, 03 (três) salários mínimos vigentes ao beneficiário da pensão previdenciária.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA SEXTA - DA NOTIFICAÇÃO DA DISPENSA

O Empregado quando dispensado, com ou sem justa causa, será notificado por escrito, recebendo cópia do aviso prévio, exceto quando se tratar de abandono de emprego.

Parágrafo Primeiro – As empresas que optarem por fazerem a homologação das rescisões de contrato de trabalho no Sindicato laboral, mesmo considerando a nova redação do art. 477 da CLT, terão esse serviço fornecido de forma gratuita, sem qualquer cobrança do Sindicato Obreiro.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DO PIS/PASEP

As Empresas concederão a seus empregados o tempo necessário para o recebimento do PIS/PASEP, desde que comprovada a disponibilidade do tempo para esse fim, sem descontar de seus salários, ressalvando-se as Empresas que efetuem o pagamento na própria sede.

CLÁUSULA OITAVA - DA ASSINATURA NA CARTEIRA DE TRABALHO E MULTA

As Empresas que deixarem de assinar a carteira de trabalho do empregado, devidamente comprovado em Juízo, ficarão obrigadas ao pagamento de uma multa no valor 60% (sessenta por cento) do salário base do empregado, revertido em favor do próprio trabalhador.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE GERAL**CLÁUSULA NONA - ESTABILIDADE**

Fica vedado às Empresas, com mais de 30 (trinta) empregados, durante a vigência da presente Convenção Coletiva:

- a) A dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 06 (seis) meses após o parto. A empregada não poderá ser despedida, a não ser em razão da falta grave ou mútuo acordo entre a empregada e a Empresa. Fica assegurado o retorno ao trabalho quando da comprovação da gravidez;
- b) A dispensa arbitrária dos empregados com mais de 10 (dez) anos na empresa que comprovadamente estejam a 08 (oito) meses da aquisição do direito de aposentadoria plena por tempo de serviço, considerada a Legislação em vigor. A comprovação será assim considerada mediante a entrega à empresa, que se obriga a dar recibo, de declaração do órgão da Previdência Social que informou a averbação e reconhecimento do efetivo serviço do empregado para efeito de aposentadoria.
- c) A garantia do emprego observado às condições acima previstas assegura aos empregados por ela abrangidos a permanência no emprego, salvo se a sua dispensa ocorrer por cometimento de falta grave ou se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA**CLÁUSULA DÉCIMA - JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de Trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, não se aplicando o art. 384 da CLT, facultado às Empresas convenientes a adoção de compensação de horários e banco de horas, principalmente aos sábados.

Parágrafo Primeiro – Ficam as empresas expressamente autorizadas à adoção da jornada de trabalho denominada como 12 x 36 (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso).

Parágrafo Segundo – As Empresas que optarem pela adoção do sistema de compensação

de jornada de trabalho e banco de horas, ficam obrigadas a concederem a seus empregados, sem distinção de sexo e idade, a respectiva folga compensatória.

Parágrafo Terceiro – Fica facultado às convenentes, no caso de aumento da demanda, a encerrarem a adoção de compensação de horários, inclusive de sábados, sendo considerada alteração de contrato de trabalho legal e consensual, devendo tal fato ser comunicado ao SINDICALÇADOS.

Parágrafo Quarto – Fica Convencionado que os empregados das Empresas convenentes que desenvolvem suas atividades nos setores de produção e de apoio à produção poderão ter reduzido o limite de pausa alimentar para 30 (trinta) minutos diários, conforme autoriza o parágrafo terceiro do artigo 71 e 611-A, III, da consolidação das Leis Trabalhistas, se assim convier as Empresas.

Parágrafo Quinto – As empresas que optarem pela utilização do registro eletrônico de ponto, estão autorizadas a adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, desde que preservado o registro correto e integral (entrada e saída) da jornada de trabalho do empregado, sendo dispensável o registro dos intervalos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias em domingos e feriados serão acrescidos de 120% (cento e vinte por cento) sobre a hora normal, exceto nos casos de revezamento, sendo que a hora extra de segunda-feira a sábados será acrescida de 50% (cinquenta por cento).

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA COMPENSAÇÃO DOS FERIADOS

Ficam as Empresas autorizadas a procederem à compensação de dias úteis, entre feriados e fins de semana, comunicando aos empregados com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, com a consequente prorrogação de jornada de trabalho no máximo de 02 (duas) horas diárias, desde que aprovada pela maioria dos empregados das Empresas ou Estabelecimento, Setor ou Seção.

Parágrafo Único – Fica também autorizada a compensação de dias úteis entre feriados e fins de semana, com autorização para o trabalho nos feriados e folgas nos dias úteis entre o feriado e fim de semana.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO DOS DIAS PARADOS OU FOLGAS ANTECIPADAS

As Empresas poderão compensar dentro de 01 (um) ano, até 100% (cem por cento) dos dias parados, folgas antecipadas ou trabalho extraordinário prestado, hora por hora, com a prorrogação do horário diário em até 02 (duas) horas, e/ou com trabalho aos sábados.

Parágrafo Primeiro – Nos dias de folga integral os empregados não farão jus ao vale-transporte.

Parágrafo Segundo – No término do contrato de trabalho ficarão extintos os eventuais créditos de horas.

Parágrafo Terceiro – Em caso de o empregado ser convocado para compensar as horas paradas, e não comparecer ao serviço fica a empresa autorizada a descontar o igual número de horas do seu salário, considerando a sua ausência como falta injustificada.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

O empregado estudante terá abonada a sua falta em dias de provas em estabelecimentos regular de ensino, desde que: 1) Avise por escrito ao empregador com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, sujeita a comprovação; 2) Que o estabelecimento onde estiver regularmente matriculado e se realiza a prova esteja localizado nos municípios integrantes da base territorial (SINDICALÇADOS); 3) Que o horário da prova e a locomoção necessária coincidam com os horários de trabalho do empregado.

Parágrafo Único - Ficam os empregados estudantes dispensados de fazerem horas extras.

FÉRIAS E LICENÇAS FÉRIAS COLETIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS FÉRIAS COLETIVAS

Devido à sazonalidade da produção, as empresas estão autorizadas à concessão de férias coletivas, cujo início, tanto destas quanto das individuais, não poderá coincidir com domingos, feriados e dias não trabalhados.

Parágrafo Primeiro – As Empresas concederão um adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13 (décimo terceiro salário) do empregado por ocasião do início de suas férias individuais, desde que requerido pelo empregado.

Parágrafo Segundo – a concessão de férias coletivas não alterará o cômputo do período aquisitivo ou concessivo das férias dos trabalhadores, ou seja, mesmo que o empregado não tenha completado o período aquisitivo (doze meses de trabalho), a diferença entre a quantidade de dias devidos (30) e de dias concedidos, deverá ser concedida ou abonada (de acordo com as regras celetizadas) no período concessivo, contados a partir do dia e mês da contratação do trabalhador.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO MATERIAL DE SEGURANÇA

As empresas fornecerão gratuitamente aos empregados os equipamentos de segurança para

proteção individual, zelando sempre pelo seu perfeito estado de conservação e funcionamento, e pela proteção do empregado quanto aos riscos de acidente e danos a sua saúde. O equipamento de proteção deverá ter certificado de aprovação fornecido pelos órgãos competentes, e o não uso dos equipamentos constitui falta passível de dispensa por justa causa, desde que o empregado seja devidamente treinado pela empresa para o seu uso.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CIPA

As Empresas se comprometem a atender o calendário da CIPA, fazendo suas reuniões em horários de trabalho, reconhecendo aos seus membros autoridade inerente ao cargo nos termos da Lei.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO ATESTADO MÉDICO

As Empresas, mesmo com serviços médico próprio, não poderão negar o recebimento do atestado médico fornecido pelo SESI e PREFEITURA, concedidos em caráter de urgência, quando abonados pelo profissional da empresa.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA AGUA POTÁVEL E REFEIÇÃO

As Empresas convenientes estabelecerão local apropriado para refeição (refeitório), e fixarão bebedouros em locais estratégicos e de fácil acesso para seus empregados, na proporção de 1(um) bebedouro para 50 (cinquenta) empregados.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA APRESENTAÇÃO DE CAT

Até 5 (quinto) dia útil subsequente ao mês vencido, as Empresas informarão ao SINDICALÇADOS os acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados, no âmbito da Empresa, mediante envio das CATS.

RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - LIBERAÇÃO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

O dirigente sindical oriundo do quadro das Empresas, gozará de licença não remunerada durante o mandato. Em condições excepcionais e na vigência da presente Convenção, as partes poderão ajustar novas condições.

Parágrafo Primeiro – Para fins exclusivamente de manutenção do vínculo com a Previdência Social, mas mantidas em licenças não-remuneradas, excepcionalmente, encontram-se a Presidente e a 1ª Tesoureira do **SINDICALÇADOS**, que são incluídas nas folhas de pagamento das Empresas em que forem empregadas.

Parágrafo Segundo – Diante da Licença não remunerada, e para a manutenção dos dirigentes sindicais na folha de pagamento da empresa Calçados Itapuã S/A – CISA, estas assinarão os recibos de salários sem o recebimento da importância ali consignada, sendo que os encargos trabalhistas (sociais) referentes ao INSS (empregador e empregado) e FGTS serão recolhidos pela empregadora e compensados (deduzidos) do repasse da contribuição Assistencial de que trata a Cláusula Vigésima quarta desta convenção.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA MENSALIDADE SINDICAL

O repasse das mensalidades sindicais dos empregados associados será efetuado à Entidade sindical **SINDICALÇADOS** até o dia 10 (dez) do mês subsequente, acompanhado da relação nominal e salarial, indicando os valores descontados, desde que haja prévia autorização por escrito do empregado. No caso de mora, ficam as Empresas sujeitas aos índices de correção monetária, aplicados no judiciário trabalhista pelos dias de atraso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - TAXA ASSISTENCIAL

As Empresas recolherão o percentual de 1,6% (um vírgula seis por cento) do valor líquido de sua folha de pagamento do pessoal nas atividades industriais, sem qualquer desconto do salário dos empregados, no período de janeiro a dezembro de 2020, e depositarão os valores em favor do **SINDICALÇADOS** até o dia 10 (dez) do mês subsequente, na conta corrente de número 2.291.433, agência 115, do BANCO BANESTES S.A - agência de Cachoeiro de Itapemirim – ES.

PROCEDIMENTOS EM RELAÇÃO A GREVES E GREVISTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO REFORMA TRABALHISTA E CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO

A Lei n 13467, de 13/07/17, é integralmente recepcionada pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, passando suas regras a serem adotadas nas relações de trabalho envolvendo as partes convenientes, exceto nos pontos em que conflitar com o aqui negociado, suprimindo, além da necessidade de previsão expressa nessa CCT, a necessidade de acordos individuais ou coletivos para aplicação de suas regras, sempre que assim a Lei o exigir.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO QUADRO DE AVISO

As Empresas se comprometem a fixar, em seus quadros de avisos, os editais de convocação para Assembléia Geral do Sindicato (**SINDICALÇADOS**) e avisos de interesses da categoria, mediante prévia aprovação da empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DOS CONVÊNIOS E DESCONTOS AUTORIZADOS

As empresas estão autorizadas a manter convênios de farmácia, gás e

armazém/supermercado, para serem utilizados pelos trabalhadores, com o respectivo desconto dos valores em seus vencimentos mensais, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração, com o objetivo de beneficiar o empregado com os descontos decorrentes da fidelidade e volume de compras com o respectivo fornecedor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO REFORMA TRABALHISTA E CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO

Nos termos da Lei n 9.601 de 21.01.98, em caso de requerimento de uma das empresas, fica obrigado o SINDICALÇADOS a negociar o contrato de trabalho por prazo determinado, através de acordo coletivo. 27 DE JANEIRO DE 2021.

**JOSE AUGUSTO ROCHA
PRESIDENTE**

**SIND. DA IND. DE FABR. E REP. DE CALÇADOS, B, M, C, REVESTIMENTOS E ACESS. DE COURO E OU SINT., CURT.
E PROD. E ART. DER. DO COURO NO EST. DO ES**

**ARLETTE TURINI LOURENCO
PRESIDENTE**

SINDICATO DOS TRAB NA IND DO VEST DO SUL DO EST E SANTO

ANEXOS ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.